

# Globalização e urbanização: tendências e desafios para a virada do século

Rosana Baeninger\*

GONÇALVES, Marla Flora (org.). *O Novo Brasil Urbano – Impasses/Dilemas/Perspectivas*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 1995.

O presente livro, organizado pela professora Maria Flora Gonçalves, é resultado do *workshop* O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas, promovido em julho de 1993 pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), dentro da 35ª Reunião Anual da SBPC, em Recife. Compõe-se de textos de diversos autores que tratam da questão urbana sob um olhar multidisciplinar – Sociologia, Economia, Geografia, Arquitetura, Demografia, Ciência Política e História –, contemplando aspectos imprescindíveis para o entendimento da realidade social urbana neste final de século.

O livro apresenta-se dividido em duas partes: *O Brasil urbano dos anos 90 e As questões contemporâneas do Brasil urbanizado*. Sua própria estrutura reflete a preocupação com as tendências gerais (globais) da urbanização contemporânea, contextualizando o caso brasileiro, suas especificidades, as novas dimensões metropolitanas e os desafios para o planejamento urbano. Como se trata de textos com inúmeras interfaces, esta resenha procura resgatar os temas em discussão, identificando os respectivos autores, sem, contudo, acompanhar a seqüência do livro.

Considerando os textos que tratam de aspectos históricos relacionados à formação das cidades – os que procuram apreender as transformações históricas da forma urbana, tema abordado por Carlos Roberto Monteiro de Andrade, ou as mudanças no conceito de urbanismo, como o texto de Maria Cristina da Silva Leme –, é possível, de um lado, vislumbrar os avanços trazidos pelos planos de urbanismo no emergir da vida urbana e, de outro, perceber como, a partir dos anos 50, inicia-se uma nova forma de estruturação dos espaços urbanos, marcada pelo fenômeno da metropolização e por novas modalidades de intervenção do Estado.

De fato, os últimos 50 anos marcaram a trajetória urbana do país, com a concentração econômica e populacional localizada particularmente no Sudeste, em especial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Nesse contexto, até os anos 70, reforçaram-se as interpretações de um padrão de urbanização que tendia a ser cada vez mais concentrador. Os anos 80, no entanto, imprimiram novas características ao processo de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira.

Os textos de Morvan de Mello Moreira, de Carlos Roberto Azzoni e de Phillip

\* Socióloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Gunn, baseados nos resultados do Censo Demográfico de 1991, apontam o menor crescimento populacional da metrópole paulista. Mello Moreira indica uma maior retenção de população na região Nordeste – e portanto, um menor impacto da migração interestadual na RMSP –, bem como um processo de desconcentração metropolitana. Para Gunn, a queda relativa da primazia metropolitana em termos populacionais e econômicos é um fenômeno que se enquadra num discurso de reestruturação econômica e territorial. Azzoni, observando o menor crescimento das áreas metropolitanas no período 1980-91, introduz a discussão a respeito da desmetropolização, concluindo que se trata muito mais de um fenômeno de metropolização disseminada. É importante ressaltar que, embora se esteja assistindo a esse fenômeno em outras áreas, com a reprodução de características anteriormente peculiares às grandes concentrações urbanas em cidades de menor porte – como aponta o texto de Joaquim Correia de Andrade Neto sobre o novo quadro da zona canaveira de Pernambuco –, tal processo ocorre em outro espaço, em outro tempo e em outra escala, refletindo as novas formas de estruturação do espaço, cuja dinâmica está associada ao crescimento inter e intra-regional.

Assim, pode-se dizer que o menor crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo reflete a continuidade da queda da fecundidade, de um lado, e o menor volume migratório recebido nos anos 80, de outro, e que essa perda de poder de atração está vinculada ao novo cenário econômico que começa a se impor no caso brasileiro. Ou seja, introduzir a discussão sobre globalização no Brasil requer considerar o papel da metrópole paulista nos contextos nacional e internacional. Pensar o Novo Brasil Urbano é considerar o contexto contemporâneo mundial, bem como a redefinição dos papéis e funções das áreas metropolitanas e dos grandes centros urbanos, como aponta Wrona Panizi no Prefácio do livro.

As transformações advindas da reestruturação produtiva refletem-se, de maneira acentuada, na estrutura urbana e no papel das cidades no cenário internacional. De acordo com Maria Adélia A. de Souza, o espaço urbano é o espaço da globalização, da divisão social e internacional do trabalho. A competitividade entre as localidades lhes assegura “qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo, mas fragmentado” (Harvey, 1992:247), e acaba por configurar as chamadas cidades globais (Sassen, 1988).

Nesse sentido, o texto de Pedro Geiger indica que o quadro urbano brasileiro atual aponta São Paulo como o principal centro do sistema, por se constituir no local da articulação da economia brasileira com a cidade mundial; Gunn conclui que não há outra candidata nacional ao título de cidade mundial a não ser a cidade de São Paulo. Apesar dessas interpretações, Geiger lembra que John Friedman, em um simpósio realizado pela American Association of Geographers, em 1993, encaixou São Paulo na terceira hierarquia do sistema urbano mundial, que reúne cidades com articulações apenas ao nível nacional. Na primeira hierarquia estariam os grandes centros financeiros e, na segunda, as cidades de articulação multinacional. De qualquer maneira, do ponto de vista demográfico, já é possível visualizar na cidade de São Paulo uma característica bastante marcante presente nas cidades globais: a entrada de contingentes migratórios internacionais, particularmente oriundos da Coreia, Bolívia e Peru. Nesse quadro de trocas populacionais internacionais, o Brasil já começa a despontar, como aponta o texto de Rosa Ester Rossini, sobre os *dekasseguis*.

Além dessa hierarquia urbana internacional, tende a se constituir, no atual processo de reestruturação econômica, um novo regime urbano dentro do próprio sistema urbano nacional de cada país, estabelecendo relações com as cidades globais (Sassen, 1990). Panizi destaca a definição de uma nova territorialidade, com a formação de pólos inter e intra-regionais.

Apontando as principais tendências das mudanças tecnológicas e suas consequências sobre o sistema urbano, Luciano Coutinho indica a formação de pólos inovadores de indústria e serviços em cidades pequenas e médias. O tecnopólo, como definem Hermes Magalhães Tavares e Luis Cruz Lima, servirá de elo na transferência de tecnologia das universidades e centros de pesquisa para as empresas de âmbito regional, contribuindo para a configuração de *espaços inteligentes*. A localização desses pólos, no entanto, como destaca Wilson Cano, não ocorrerá em qualquer ponto do sistema urbano brasileiro; conforme ressaltam Cano e Cruz Lima, os tecnopólos implantados já dispunham, antes, de atividades e demais condições necessárias ao funcionamento dessa organização moderna, como são os exemplos de Campinas, São Carlos e Florianópolis.

Essa competitividade entre as localidades urbanas – manifesta no aumento das redes de comunicação eletrônica, como destaca Tamara Benakouche; na heterogeneidade e extrema fragmentação do fenômeno urbano, tema tratado por Nicolau Sevckenko; nas novas identidades territoriais, como ressaltam Carlos Vainer – já vem revelando, porém, seu lado perverso e excludente: o separatismo no Sul do país, como apontado por Pedro Silveira Bandei-

ra; os mecanismos de defesa das municipalidades para frear a migração de mão-de-obra desqualificada, como mostra Vainer; o aumento da metropolização da pobreza, tema discutido por Marcus André B. C. de Melo, dentre outros aspectos.

Pensar o Brasil urbano de hoje é considerar o *futuro das cidades*, os desafios impostos ao novo desenho urbano, como aponta Ricardo Farret; é considerar o comprometimento do planejamento urbano com a realidade empírica, com os conflitos sociais e com a ação de gestão operacional sobre a cidade, como quer Ermínia Maricato. É preciso que os setores ligados ao tema da política urbana estejam alertas ao conjunto dos aspectos tratados na Constituição Federal, como ressaltam Victor Zveibil, bem como às políticas urbanas propostas por órgãos de financiamento do desenvolvimento urbano, como adverte Martim Smolka.

Como se pode verificar, os temas relacionados à questão urbana no Brasil são tratados no livro em sua complexidade e de forma ampla, possibilitando ao leitor apreender as transformações em curso no processo de urbanização e, ao mesmo tempo, sugerindo reflexões mais aprofundadas a respeito da globalização para cidades do Terceiro Mundo.

---

#### Referências bibliográficas

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

SASSEN, S. *The mobility of labor and capital*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *The global city*. Princeton, Princeton University Press, 1990.

(Recebido para publicação em junho de 1996)